

David I. Nascimento

O corpo político: sexualidades e regularidades acerca do prazer, dever, castigo e liberdade

David I. Nascimento – UFSJ

Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura – UFSJ

E-mail: datanisgrego@yahoo.com.br

Fone: (32)98843-8512; (32)3355-2889

Data de recepção: 9/05/2013

Data de aprovação: 27/06/2013

“Como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”.
(FOUCAULT, 2009, *A Ordem do Discurso*)

Resumo: O que é o corpo? Qual a relação existente entre o corpo, as regularidades discursivas e a construção política de identidades? Diante dessas questões, parte dos valores da sociedade passa a ser construída e pautada pela busca moderna de classificação do espaço e daquilo que nele está situado. Essas questões requerem busca de respostas acerca da funcionalidade e da utilidade social e econômica dos corpos. Contrariamente a isso, a análise e a crítica dos discursos hegemônicos que asseguram a naturalidade de certas posições e relações de poder surgem de modo a corroborar a posição que demonstra a contingência do estabelecido. Desse modo, este trabalho tem como objetivo elaborar discussões acerca do corpo mediante as contribuições de Foucault acerca do corpo, da sexualidade e do discurso.

Palavras-chave: Corpo – Discurso – Sexualidade – Liberdade

Introdução

As possibilidades de escolhas sexuais que temos, ou, aparentemente temos, apresentam-nos a problemática que pode ser discutida pelo modo de classificar, organizar, proibir e permitir o sexo, tendo como pauta questões de obrigação, direito e liberdade. Essa discussão apresenta a necessidade de ser refletida por estar referida à política que se forma no cuidado do corpo e suas possibilidades: ela rege da vestimenta ao nu, do gênero ao prazer etc.

Aparentemente, algumas das visões de mundo que temos e fazem parte de nossas crenças colocam-nos em ligação com as representações socialmente construídas e tomadas, em algum momento, como se fossem naturais e respondessem aos nossos desejos, de modo que viver sem elas seria impossível. Recentemente, por exemplo, algumas das manifestações em prol do reconhecimento da liberdade que a mulher tem (ou deveria ter) nos apresentaram outras importantes discussões. A “Marcha das Vadias”, a saber, veio, a bem ou mal, trazer interrogações em torno dos “limites” para com o feminino. Algumas manifestantes traziam cartazes com dizeres como por exemplo: “Não sou puta, não sou santa. Sou livre”; “Isso não é sobre sexo. Isso é sobre violência”, entre outros.

Poderíamos iniciar essas pontuações em uma amplitude maior, tratando do “papel” do homem e da mulher na sociedade contemporânea. Mais que isso, poderíamos iniciar com um questionamento básico: o papel da mulher, ou do homem, é realmente esse a que estamos acostumados? Existe realmente

um papel específico, essencial e, por isso, imutável ou teleológico para homens e mulheres? Com esses questionamentos, a preocupação torna-se mais especificamente sobre a política imposta para o corpo, a sexualidade e as formas de obtenção de prazer, em suma, sobre a liberdade e a negação das escolhas. De outro modo, quando dizemos sobre o papel do homem e da mulher na sociedade, logicamente, colocamo-nos em um recorte cultural que vê a diferença entre esses gêneros. Nesse caso, devemos buscar caracterizar mais a problemática sobre o corpo humano do que sobre os corpos femininos e masculinos.

1. Corpo e tradição

A relação com o corpo excede o domínio do particular. Tal relação, já que os sujeitos estão inseridos em contextos socioculturais, transita em direção ao público e tem suas individualizações a partir do contato com os outros. Antes de ser “espaço” que possibilita a experiência do prazer, o corpo desempenha a função de identificar e posicionar os seres no mundo: primeiro pela sexualidade, aparentemente, a ser desempenhada quando meninos e meninas são divididos em representações que respondem aos estereótipos e os ligam a algumas ações futuras para as quais deverão ser preparados durante a infância para exercer quando adultos (bonecas que acostumam meninas à maternidade de forma a garantir a reprodução; carrinhos como uma representação do trabalho e da independência dos meninos, garantia do sustento; quartos pintados de rosa ou azul com decorações de princesas ou de esportistas etc.).

Além desse aspecto cultural, poderíamos tratar da função do corpo ou para aquilo que ele “serve”. Responde essa questão acerca da funcionalidade poderia, por sua vez, inferir outras possibilidades de leitura: (I) que se supõe uma utilidade (II) e, em caso de uma resposta afirmativa, que estamos inseridos em relações de poder que impõem ao corpo uma atuação específica, economicamente determinada. Nesse caso, devemos pressupor a existência de um controle político que começa por ser exercido sobre o corpo biológico e não apenas biológico (mas bio-político), já que “(...) o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Mais do que uma relação consigo, o corpo remete a um posicionamento cultural, em que é mostrada a relação que certas culturas imprimem aos corpos e como podem apresentar identificações sobre ele: na psicanálise, e especificamente na cultura ocidental, o medo ou a inveja da fala; na cultura judaica, o *B'nai Mitzvá*; as diversas formas de mutilação¹ do clitóris que ocorrem em algumas aldeias africanas; o julgamento feito pelos mulçumanos acerca do corpo feminino que, por seduzir e levar ao pecado, necessita ser coberto; em algumas tribos

1. As formas são diversificadas e representam a remoção parcial ou total do clitóris, abscisão; dos pequenos ou grandes lábios, labiotomia; a costura da vagina deixando um pequeno canal para que a mulher realize suas necessidades fisiológicas, infibulação. Além disso, poderia ser discutida a utilização do termo mutilação ou de outros, como remoção, que poderia sugerir uma “suavização” dessas práticas.

indígenas, e mesmo na concepção ocidental, o corpo feminino, marcado pela menarca, indicando que aquela “mulher” já poderia ser dada em união; na Grécia antiga, quando as marcas do corpo adolescente permitiam que os garotos pudessem ser cotejados e iniciados pelos homens mais velhos ou que as mulheres, menstruadas, deveriam correr sobre os campos em um ritual que buscava fartura na colheita. Diante desses movimentos culturais, surgem relações a serem adotadas para consigo e com os outros partícipes dessa cultura como uma forma de vigia, que visa a não distanciar de seu foco e não permitir que uma invasão modifique bruscamente tal cultura.

Por todas essas e outras relações culturais nas quais os corpos estão inseridos podemos pensar o prazer possibilitado pelo corpo como prazer imbricado (e, de algumas formas, necessário de ser impedido – em certas culturas). Por esse motivo, atentamos para a atuação de autoridades que, historicamente, elaboram toda a relação possível de ser mantida, como se dissessem: “Isso é o prazer. Até tal prática, e em certas condições, está o prazer. Aquilo que excede esta prática, em suas condições enunciadas, não é permitido e deve ser caçado, julgado e condenado”.

É pelas autoridades que se constituem em espaços históricos determinados e que remontam para reverberações nascentes dos discursos (cf. FOUCAULT, 1970, p. 49) e de suas regras, a relação com o corpo, seja pelo toque que o desnuda e o encobre, seja pelos limites entre o prazer e a invasão, faz

saber da existência de políticas que regulamentam as possibilidades aceitáveis ou condenáveis dentro de certas doutrinas: sob a égide do certo ou errado, da moral, nossas ações passam a ser controladas e classificadas diante do que a sociedade diz ser correto e aceitável, mesmo que os espaços de atuação sejam diversificados e valorizem ações diversas. O corpo na arte não é o mesmo corpo em uma penitenciária; o corpo em uma competição atlética não é o mesmo em um gueto. Nesse sentido, devemos entender a noção de corpo e de prazer. Para alguns não é a mesma para outros e estamos longe de termos um discurso unitário e regular sobre a sexualidade (cf. FOUCAULT, 1970, p. 67).

Antes de responder pela recusa ou aceitação do prazer, o corpo torna-se uma “condição” que identifica (e, por isso, separa os seres), pune e torna-se punido pelo rigor moral então instaurado. Quanto à “perversão” do prazer, quanto a revolta e a identificação dos gêneros, podemos notar que, mais do que responder pela liberdade ou aprisionamento, o corpo remonta ao poder de uns sobre os outros e à desqualificação daqueles que ousam romper com o que é formulado e instaurado por certas instituições e seus partícipes. A exemplo disso, diz Guiddens (1993, p. 16):

Sempre houve uma minoria de mulheres para as quais foi possível a variedade sexual, e também uma certa proporção de igualdade. Mas, em sua maioria, as mulheres têm sido divididas entre as virtuosas e as perdidas, e as “mulheres perdidas” só existem à margem da

sociedade respeitável (...). Os homens, no entanto, têm sido tradicionalmente considerados – e não apenas por si próprios – como tendo necessidade de variedade sexual e para a sua saúde física.

Alguns problemas ligados ao gênero, como, por exemplo, o aborto, por vezes são tomados como questão de foro íntimo. Surgem outras formas de indagar tais ações diante de complexidades morais e religiosas. A relação íntima com o corpo feminino ou masculino (também feminilizado ou masculinizado) passa a ser compreendida na base relacional do corpo inserido em uma determinada tradição: em geral, religiosa com moral definida, monoteísta, paternalista, com representação eurocêntrica etc. Em suma, o que deveria ser íntimo revela-se público (pelos olhares e atitudes alheias que condenam, que remontam uma posição hegemônica e pelos discursos que regulamentam as práticas sexuais/reprodutivas). O corpo feminino, por exemplo, torna-se instrumento para a obtenção do prazer masculino e concretização de projetos religiosos que impõem a ambos os corpos o dever de se submeter ao reducionismo da procriação: nascer, crescer, colocar-se ao matrimônio, procriar e morrer. Talvez, a diferença maior entre o masculino e o feminino, nesse caso, entende-se na estruturação da família e do cuidado tomado desde o nascimento do menino ou da menina. Os ditames daquilo que pode e deve ser feito se intensificam no casamento, quando o homem toma a mulher para ser o provedor dela e da mulher que se torna aquela que zelará pela administração da casa.

Conforme pode ser percebida na citação feita de Guidens (1993), passamos a observar a existência de certos dualismos que, no momento em que se instauram, fazem reconhecer relações nas quais sujeitos se sobrepõem a outros. No caso citado, temos a presença de uma sexualidade “superior” a outra. É devido observar essa relação, mais do que uma forma de distribuir os seres no espaço e tempo (entre homens e mulheres numa dada época e lugar), donde, a saber, a existência de relações de poder instauradas, nesse caso, em uma classificação sexual definida. Existe, por certo, uma coerência interna nessas relações e nos enunciados que regem. Por outro lado, essa coerência, levada a discussões externas pelas análises do poder, poderá indicar a arbitrariedade e violência dos discursos que se instauram na busca pela classificação e manifestação de verdade: pois “(...) o discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais etc.” (FOCAULT, 1979, p. 259). O corpo está, por isso, tomado pela ideia que se faz de sua “necessidade”: acima disso, da necessidade que ele seja administrado. Depois disso, para satisfazer tal ideia, surgem as proibições e regulamentações que tomam os corpos e suas sexualidades, classificando-os segundo critérios de verdade.

Podemos não nos surpreender quando em nossas análises nos deparamos com uma série de classificações e definições sobre nossas opções sexuais e o modo como devemos

desempenhá-las. Movidas pela economia, tais classificações e definições têm como objetivo, por isso, o próprio corpo: a sexualidade torna-se aceitável ou condenável por aquilo que é capaz, em possibilidade, ao produzir outros corpos (saudáveis e dóceis). A homoafetividade, nessas circunstâncias, poderia passar a ser julgada menos pelo relacionamento sexual constituído do que pela produção possibilitada, não por uma problemática verdadeiramente moral, mas econômica. Afinal, espera-se que a reprodução necessite de um “macho” e uma “fêmea”.

Mesmo que a reprodução necessite de um macho e de uma fêmea, mesmo que essa proposição assuma superioridade religiosa, talvez inscrita rigorosamente em textos religiosos, devemos pensar: a procriação não é a mesma entre os sexos? Não se trata, por isso, de levar o corpo de forma que possa responder pelas pulsões sexuais. Pelo contrário, o corpo responde às “pulsões” morais inseridas no corpo enquanto corpos doutrinados. A moralidade, aqui, deve ser questionada pelo seu acontecimento: numa sociedade eurocêntrica, ariana, cristã, heterossexual e homofóbica, machista, individualista. Por isso, exclui as possibilidades de pensar o prazer que não seja apresentado e aceito em contextos pré-determinados, filtrando o prazer então buscado pelos corpos.

Quanto ao sexo, o corpo é analisado, desde a antiguidade, elencando problemas e “respostas” sobre o exercício desse corpo com o sexo. O cuidado com o corpo passa a “necessi-

tar” de um trabalho na alma. Nessa leitura e análise feita pelos gregos antigos, os cuidados têm focos diferentes: moralidade, natureza dos corpos, pelo que é passageiro etc. Essas leituras parecem apontar ainda para a possibilidade de análises econômicas, evitando o desperdício de energia, tratando do sexo com receitas a serem seguidas para se obter uma *descendência proveitosa* (cf. FOUCAULT, 1985, p. 149 e 128).

Desse modo, em sua análise, Foucault (1985, p.136) diz que:

O regime proposto para os prazeres sexuais parece estar centrado inteiramente sobre o corpo: seu estado, seus equilíbrios, suas afecções, as disposições gerais ou passageiras em que se encontra aparecem como as variáveis principais que devem determinar as condutas. De certa forma, é o corpo que faz a lei para o corpo. Contudo, a alma tem o seu papel a desempenhar e os médicos fazem intervir: pois é ela que se arrisca a levar o corpo além de sua mecânica própria e de suas necessidades elementares.

Toda a gama de dietas para com o corpo passa a modificar a atuação dele em suas relações: alimentação, repouso, trabalho, sexo etc. Tais dietas visam controlar o corpo e posicioná-lo frente às variadas situações em espaços e tempos diferentes, como um método econômico que visa o resguardo ou o dispêndio de energia. Quer dizer, ainda que a atuação seja sobre o corpo, ela decorre da manifestação do poder nos discursos em cerimônias, em um ritual político (cf. FOUCAULT, 2010, p. 46.). Um exemplo disso pode ser observado no modo

como se dava o julgamento dos “criminosos” na França, de 1670 até a Revolução, quando se introduzia rituais para a prática condenatória do corpo. Contudo, passa a ser a alma do criminoso, além do crime, que será julgada (cf. FOUCAULT, 2010, p. 23). Assim:

O verdadeiro suplício tem por função fazer brilhar a verdade; e nisso ele continua, até sob os olhos do público, o trabalho do suplício do interrogatório. Ele opõe à condenação a assinatura daquele que sofre. Um suplício bem-sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo do suplicado (FOUCAULT, 2010, p. 45).

O suplício, por isso, surge como ritual punitivo e, ao mesmo tempo, pedagógico: atesta a existência de tradições de uma moralidade que não deve ser rompida com os gestos, da honra e respeito que se têm ao governante. A exposição do suplício apresenta a possibilidade do conhecimento de uma verdade acerca do crime, daquilo que não se pode fazer dentro da sociedade. Assim, recolhe e apresenta essa verdade para o coletivo com um discurso inscrito nos corpos e, quando isso é atestado, só vem de modo a confirmar a existência de regularidades que não devem ser rompidas. Mesmo com as mudanças punitivas, pode ainda ser observada essa busca da verdade sobre os corpos, prática instituída, também, com o *panoptismo*².

2. Não é objetivo, nesse artigo, fazer o desenvolvimento, apenas citamos, a observação do corpo e sujeitos em diferentes ações e situações.

2. Sexualidade e Regularidades

Diferentemente do que poderíamos pensar, o todo biológico que constitui o corpo passa, também, por uma severa revisão das leis e é vigiado por algo que, talvez, possamos tomar como uma política das condutas. O corpo, inserido em certo contexto, está exposto às observações e demandas sobre ele. A “verdade” é que surge sobre ele deve ser tomada como verdade histórica e geograficamente localizada, por isso perene. Com o advento do cristianismo e instauração de seus preceitos (o que passa a ocorrer com os concílios) aos poucos, o corpo é compreendido junto daquilo que esta doutrina prescreve como certo e errado: pelo exercício daquilo que era imposto e do que era negado, o corpo se torna policiado e exercitado sobre algumas regras constantes. Um exemplo disso, o ato sexual é tomado como necessário para a reprodução sendo, de outro modo, associado ao pecado e ao mal; a delimitação do prazer faz surgir o empenho com a monogamia e passa-se a desqualificar as relações entre indivíduos do mesmo sexo (cf. FOCAULT, 1984, p. 21), valorizada a autogovernança dos desejos. Um indivíduo que rompe com seus desejos, principalmente com o mesmo sexo, controla-os (quando poderia se deixar levar por eles) e acaba por se tornar um exemplo a ser seguido ou a ser bem falado.

Diferenciado do que seria a imagem do “homossexual ou do invertido”, surge o modelo do herói virtuoso, “(...) capaz de se desviar do prazer, como uma tentação na qual ele sabe não cair” (FOCAULT, 1984, p. 28). Em suma, o que é observa-

do nesse herói remete ao que ele consegue abster de suas vontades: é uma prática que se inicia na alma (aqui tomada pelos desejos que então devem ser negados/combatedos) e que vai em direção ao corpo (já que o corpo é o espaço de concretização dos desejos). Esse modelo virtuoso surge no autogoverno que o herói consegue realizar. Por um lado, se ele é herói ao conseguir se governar, por outro, é, também, alguém que não se realiza, por ter em si algo que é latente: deve ser julgado mais pelos atos que têm e, principalmente, pela negação de suas vontades, que consegue manter escondidas em si. Não é suficiente negar as ações de seu corpo. A noção de pecado passa a remeter ao que é próprio da consciência: imaginação e desejo. Fica evidente que a vigia sobre o sexo deve exceder o corporal: há a vigia do sexo, a repressão sexual das crianças e o ataque à imoralidade das meretrizes. Contudo, passam a ser necessárias novas ações, como vigiar os pensamentos.

Falar em “sexo e regularidades” é uma forma de dar indícios sobre o ponto aproximado: o ato sexual sofre pelo controle das regularidades discursivas. O ato é transformado em discurso e analisado de modo a se transformar em fonte de saber, em verdades que serão usadas no controle dos sujeitos:

A confissão, o exame de consciência, toda insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foram uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio dos seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas socieda-

des cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (FOUCAULT, 1979, p. 23).

O estímulo à confissão, transformando-a em uma obrigação, possibilitou à pastoral cristã a construção de uma “máquina” que a extração da confissão se torna a busca pelo conhecimento de si, enquanto confessor, e do outro, aquele que se confessa e que, talvez, deva ser julgado/condenado. A prática da confissão permitiu que a pastoral cristã pudesse analisar o que os sujeitos tinham a dizer sobre o sexo e a sexualidade, sobre os desejos de seus corpos. O estímulo da confissão acerca da sexualidade permitiu que a prática sexual pudesse ser analisada enquanto discurso, verdades que advêm do desejo, da falha dos *aparelhos* de estado na vigia dos corpos. Isso, por outro lado, permitiu, também, a elaboração de novas formas de economia dos corpos, atuando de forma mais suave e, ao mesmo tempo, mais precisa.

Ao permitir o controle sobre os sujeitos, modificando-os e intimidando-os, a confissão, aos poucos, passou a se constituir uma ferramenta de autogoverno/autocontrole, como bem observa Rouanet (1987) quanto às análises feitas por Foucault nos três volumes de a *História da sexualidade*:

O da “vontade de saber”, agora assumindo a forma do poder confessional, que desde a pastoral cristã à psicanálise, longe de reduzir o sexo ao silêncio, encoraja o homem a dizer, no sexo, a sua verdade. É essa compulsão a forçar confissões, a dar forma discursiva ao sexo, que individualiza, que “subjativa”, no duplo senti-

do de produzir sujeitos e de produzir súditos. O homem é coagido pelo poder a constituir-se em sujeito, através do sexo. (...) no segundo e terceiro volume, num terreno novo: a constituição de um sujeito por si mesmo, de um sujeito moral constituído não por práticas de poder, mas por práticas de si, de um sujeito autoconstituente. Mergulhamos, subitamente, em outro elemento, pouco familiar, para os leitores de Foucault: o da liberdade (...) compreendida como temperança, como moderação, como capacidade de usar prudentemente dos prazeres, dos *afrosia* (ROUANET, 1987, p. 225).

Tanto nessa observação de Rouanet (2007) quanto em Foucault (2007), em sua conferência de 1978, o que é a crítica?, encontramos uma mudança de perspectiva quanto a ser governado. Inicialmente, conforme observação de Rouanet (2007), os seres passam a ser *assujeitados* pela prática instituída pela pastoral cristã, passando, posteriormente, pelo governo de si, dos desejos, em prol de ações “morais” (mesmo porque confessam algo que é interno, que poderia continuar escondido). De outro modo, Foucault demonstra a ligação entre as questões acerca da governamentalização com outros modos de governar. Quer dizer, não significa que se opor à governamentalização venha ser pura e simplesmente não querer ser governado, mas seria algo “(...) como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (cf. FOUCAULT, 1978).

Diante de tais pontuações, seja quanto à governabilidade advinda de uma instituição ou à autogovernabilidade que se inicia diante de preceitos da moral, a questão do poder surge pela constância de sua existência. Como dissociar o poder sem iniciar um novo ciclo? Haveria alguma possibilidade, principalmente quanto ao sexo e à sexualidade? Em parte de sua análise, Foucault (1979) trata de uma nova forma o controle sobre os corpos e sexualidade. Não se trata mais de um controle que reprime o sexo e a sexualidade, mas, de outro modo, um controle que estimula o corpo ao exercício sexual. Mas, como isso poderia acontecer?

Desde o século XVIII, com o início da vigilância sobre os corpos das crianças, de modo a evitar a masturbação, as estratégias vão sendo desenvolvidas com aquela que parece ser a preocupação de um dado “momento”. Anterior a esse período, quando se “descobre” a masturbação infantil, a confissão imposta pela pastoral cristã tratou de “transformar” o sexo, como já referido, em discurso e desse discurso buscou-se conhecer a verdade sobre o corpo, sexo e sexualidade. A partir do momento em que o sexo passou a ser conhecido como forma de exprimir a verdade, o sexo também passou a ser tomado como ferramenta para conhecer e controlar os sujeitos que têm suas identidades e corpos constituídos pelas práticas sexuais e pelo exercício de suas sexualidades. Trata-se de uma luta indefinida:

Repentinamente, surge um pânico: os jovens se masturbam. Em nome deste medo foi ins-

taurado sobre o corpo das crianças (...) um controle, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos. Mas a sexualidade, tornando-se assim um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle, produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo... O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos (...). Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: 'Fique nu (...), mas seja magro, bonito, bronzeado!' A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro. Mas não é uma 'recuperação' no sentido em que falam os esquerdistas. É preciso aceitar o indefinido da luta (...). O que não quer dizer que ela não acabará um dia (FOUCAULT, 1979, p. 146-147).

Cabe entender que, diante dessa observação, a luta não ocorre em um plano desconhecido: é no discurso que é traçada a luta em torno do poder, da construção de regularidades que apontam para discursos hegemônicos, de doutrinas que ligam indivíduos a certos enunciados e, ao mesmo tempo, impedem outros (cf. FOUCAULT, 2009, p. 43). Conforme pontuação, mesmo em face da revolta, há a possibilidade do surgimento de uma contra revolta, um contra efeito que estimulará a fuga

da repressão. Em lugar da economia do corpo, uma exploração da erotização. Em lugar da economia, do gasto de energia a ser expropriada pelo trabalho, há a exploração do corpo como algo que deve ser cuidado no qual se deve fazer investimentos.

Na Antiguidade, quando os jovens passavam a ser co-tejados por homens experientes, era possível observar que a relação era acompanhada “(...) por convenções, regras de comportamento, maneiras de fazer, todo um jogo de adiamentos” (FOUCAULT, 1984, p. 284). Depois disso, veio a temperança a guiar a busca pelo prazer, e mesmo o adiamento do prazer como um sinal de virtuosidade.

A estratégia do controle-estimulação, que não mais tem a forma controle-repressão, de toda forma, funciona ao manter o corpo e a sexualidade presos a certas regras. Anteriormente, pudemos verificar alguns pontos: I – a ferramenta da pastoral cristã, confissão, na qual o sexo é transformado em discurso, de modo a buscar colher a verdade sobre os sujeitos para, assim, controlá-los; e II – a estimulação ao autocontrole, que surge em prol da virtuosidade, que surge um autogoverno contra os excessos, dando origem ao herói virtuoso. Esses são modos diferentes de agir sobre o corpo, tratando da sexualidade e do recolhimento dessa sexualidade. Se por um lado notamos questões morais, por outro, a “necessidade” em economizar dos corpos suas energias. Possivelmente, com o controle-estimulação, possamos compreender um terceiro ponto: III – a estimulação a uma sexualidade controlada com uma tentativa

de apagamento de sua noção de contingência. Ou seja, a sexualidade só pode ser desempenhada uma vez em seu limite. Se antes pudemos pressupor a existência de doutrinas que circunscreviam as ações que poderiam ser realizadas, condenando todo o resto, agora, de um modo diferente, vemos desaparecer o discurso de proibição do que excede algumas práticas. Por exemplo, se antes os sujeitos estavam sobre a égide da moral, tanto em sua obrigação para com a confissão quanto com o autogoverno e a negação do prazer com o mesmo sexo, a estimulação, que é econômica em sua profundidade, tem ares de um domínio estético, ao menos em sua superfície, o que não significa dizer que tem menor peso que o econômico, uma vez que atua em conjunto. Conforme tratamos anteriormente, em nota de rodapé, existe a possibilidade de que a sexualidade, nesse momento, responda a campos semânticos ligados à economia e estética.

Em suma, enquanto antes se deve negar os excessos da sexualidade (enquanto agente que permite o prazer), agora a estimulação leva a sexualidade a romper com os limites. Como se dissesse: agora não é apenas possível, se é obrigado a fazer de tudo, experimentar todo o prazer, romper com os limites. Mas, para isso, é necessário estar preparado, investir no corpo, dar-lhe uma forma, ornamentá-lo. Se vai haver um dispêndio de força do corpo, será necessário que se compense investindo no mesmo, levando-o à perfeição, excitando-o ao máximo, gastando aquilo que ele perdeu e fez perder.

Considerações finais

Há a possibilidade de uma nova sexualidade surgir. Não mais apenas guiada pela moral, mas, também, pela economia, enquanto gasto de tempo, energia e dinheiro. As regularidades permanecem de modo a guiar dizendo que, por mais que se estimule, ainda é necessário ter regras a serem seguidas. A revolução da sexualidade pode ser política, como se rompesse com as velhas formas impostas pela e para a sociedade. Contudo, sua contrarrevolução, que se aproveita da tentativa de liberdade imposta pelas ações políticas do grupo anterior, e econômica. De recuperação (FOCAULT, 1979, p. 147), sim, inversa do que poderia ser apontada: recuperação de toda energia despendida pelo primeiro grupo. Esse primeiro grupo, como que se ressentindo³ pelas imposições feitas a ele, como que se tivesse rompendo com o que tolhia suas identidades, se revoltasse contra aquilo que lhe reprime.

Em um primeiro momento, a revolta conseguiu seu efeito. A leitura então a ser elaborada pode constar como rompi-

3. Num sentido de possibilidades econômicas, Bauman assim relata a possibilidade de construção das identidades: “(...) num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, (...) se vêem oprimidos por identidades impostas *por outros* – identidades que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (...)” (BAUMAN, 2005, p. 44 – itálicos do autor). Este parece ser o caso que marca o início da revolta.

mento completo para com as estruturas de organização (e por isso, poderia se dizer acerca de uma nova sexualidade) ou de uma passagem suave de um modo para o outro e, então, estaríamos apenas dentro de um sentido de “evolução” da sexualidade. Em alguns momentos, outras pesquisas poderiam trazer novas observações sobre o advento dessa nova sexualidade, como poderia ser o caso da Teoria Crítica da Sociedade (apenas para apontar uma alternativa).

De um modo geral, há a contínua forma de classificar e organizar o espaço. Especificamente, de organizar os seres no espaço pela utilidade e funcionalidade garantida neles: homens, mulheres, corpos etc. Todos têm um papel a ser desempenhado nessa configuração social. Daí, a constante luta a qual estamos expostos, daí os constantes ressentimentos, a não-aceitação das identidades, das sexualidades, do prazer, da governabilidade como algo unilateral, imposto, essencial e sem o qual não se tem um projeto de vida.

Contudo, e para finalizar, toda a “verdade” que é conhecida sobre o sexo, e que pode ser reatualizada ao negarmos sermos assujeitados, poderá ser usada contra a busca do prazer pelo prazer. Novos discursos e regularidades, dentro dessa luta, surgirão, de modo a dizer o que se poderá fazer dentro e fora de quatro paredes ou o que deverá ser feito para a obtenção plena do prazer, como se a obtenção do prazer fosse possibilitada apenas e unicamente com a presença de regularidades.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. (1988). *Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory*. Theatre Journal, vol. 40, No. 4. (Dec., 1988), p. 519-531.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. V. 2.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. V.1.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. V.2.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V.3.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Trad. de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <<<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>> acesso em: 26 de novembro de 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2010..

David I. Nascimento

GUIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da moral*. São Paulo: Moraes, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. Foucault e a modernidade. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 217-228.

Political Body: Sexuality and Regularities concerning Pleasure, Obligation, Punishment and Freedom

‘As if discourse, far from being a transparent or neutral element where sexuality is disarmed and politics pacified, is one of those places where they exercise, in a privileged manner, some of their most formidable powers.’ (FOUCAULT, 2009, *The Order of Discourse*).

Abstract: What does body mean? What is the relationship between body, discursive regularities and the political construction of identities? In the light of the above issues, part of the social values are built and guided by the modern search for classification of space and everything existing in it. Such issues require a search for answers concerning functionality and social, economic utility of the bodies. By contrast, the analysis and criticism of the hegemonic discourses, which guarantee certain positions and power relations, arise in such a way as to corroborate the position that demonstrates the established contingency. Thus, this work aims at elaborating discussions about the body taking into account Foucault and his view concerning the body, sexuality, and discourse.

Keywords: Body – Discourse – Sexuality – Freedom